



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ

**SOLICITAÇÃO DE CADASTRO  
DE ALVARÁ – PESSOA JURÍDICA**

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

\_\_\_\_\_,  
CPF Nº \_\_\_\_\_, domiciliada à av/rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ ramo/ativ. \_\_\_\_\_  
telefone \_\_\_\_\_, venho à presença de Vossa Senhoria solicitar a inscrição no  
Cadastro Mobiliário Fiscal Municipal e a expedição do Alvará de Localização e  
Funcionamento, em nome de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
CNPJ nº \_\_\_\_\_

Nos Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Requerente ou Responsável Legal

RG:

CPF:

## ➤ Documentos Necessários

- a. Requerimento específico;
- b. Contrato Social, ou declaração de Empresário, registrado na Junta Comercial;
- c. CNPJ;
- d. RG e CPF dos sócios;
- e. RG e CPF do representante legal, se o requerimento for assinado por este;
- f. Comprovante de Inscrição Imobiliária (ex: copia de DAM ou do carnê do IPTU);
- g. Certidão Informativa do Imóvel (para imóvel não cadastrado no Sistema – Modulo de Cadastro Imobiliário – BCI);
- h. Contrato de compra e venda, se próprio (caso não figure no Cadastro Imobiliário como proprietário, compromissário ou posseiro);
- i. Contrato de locação com firma reconhecida, se alugado;
- j. Declaração de cessão do imóvel com firma reconhecida, se cedido;
- k. Documento que comprove que o locador (es) ou o(s) cedente(s) estar (ão) habilitado(s) a alugar o imóvel, caso este(s) não figure(m) no Cadastro Imobiliário como proprietário(s), compromissário(s), ou posseiro(s);
- l. Termo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- m. Protocolo de solicitação do Alvará de Autorização Sanitária junto ao Departamento de Vigilância Sanitária para empresas cujas atividades constem na Lei nº 1.562/2003, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação de saúde, individual e coletiva.

## ➤ OBS.:

O cumprimento integral das exigências constantes da presente Instrução Normativa é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado. Na hipótese de faltarem quaisquer dos documentos exigidos o requerente fica notificado a apresentá-los em 48 (quarenta e oito) horas, a não apresentação da documentação ensejará em procedimento de ação fiscal com aplicação da legislação municipal em vigor.